

Ao

Comitê Nacional de Educação Escolar Indígena
Ministério da Educação e Desporto

Assunto: Fax relativo ao fechamento do Museu Maguta

Prezados Senhores,

O Comitê Nacional de Educação Escolar Indígena do MEC tem prestado bons serviços à causa indígena. Entre estas iniciativas, destaco o livro *A Temática Indígena na Escola*, no qual inclusive vim a colaborar. No mesmo sentido é que venho fornecer-lhes alguns esclarecimentos que, espero, possam vir a auxiliá-los no desempenho de suas elevadas funções, embasando melhor manifestações futuras.

Em primeiro lugar, queria dizer-lhes que a instância mais legítima de representação dos Ticuna e de expressão de sua vontade coletiva é o “conselho dos capitães” (i.e. como são chamadas as reuniões temporárias dos chefes de aldeia). O nome com que os índios batizaram (para os brancos) esta instituição foi CGTT/Conselho Geral da Tribo Ticuna, que é dirigido por Pedro Inácio Pinheiro, que mobilizou e unificou todas as forças indígenas na luta pela demarcação de seu território. Associações como a OGPTB, a OSPTAS ou a OMITAS representam interesses setorializados de segmentos bem circunscritos da população Ticuna (respectivamente professores, monitores de saúde e pastores indígenas), não podendo ser tratadas ingênuas e acriticamente como expressão única ou autorizada do povo Ticuna

Em carta dirigida à ICCO (agência financiadora do Maguta: Centro de Documentação e Pesquisa do Alto Solimões) as lideranças do CGTT explicam que o Museu foi fechado em função de ter-se tornado ponto de reunião de pessoas notoriamente contrárias à sua orientação. Referem-se a Constantino Ramos Lopes e Aldemício Suzano Bastos, respectivamente secretário e vice-presidente de uma entidade (ACGTT/Associação do CGTT), criada e registrada há pouco no cartório de Benjamin Constant, com a intenção de vir a substituir o CGTT. Com isso foi iniciada uma campanha de difamação das lideranças tradicionais do CGTT e de tentativa de nomeação de capitães de aldeia a partir de indicação da Diretoria da ACGTT. Parece-lhes que as duas pessoas citadas são responsáveis por graves conflitos

nas aldeias, inclusive o esfaqueamento de Pedro Inácio (em Vendaval em janeiro) e de Pedro Duque (na aldeia de Vera Cruz em maio/97).

O fechamento do Museu Magüta, afirmam, é uma medida provisória, devendo a decisão ser tomada por ocasião da próxima Assembléia Geral de Capitães, marcada para 16 de julho. As mesmas lideranças entendem que O Museu faz parte do patrimônio do Centro Magüta e foi constituído com doações e recursos de cooperação internacional destinados aos índios Ticunas. Segundo essas lideranças, a assessora de educação Jussara Gruber estabeleceu um controle absoluto sobre o Museu, dirigindo sem consultar as lideranças, incentivando o conflito entre as associações específicas (OGPTB e OSPTAS) contra o CGTT e, mais recentemente, estimulando o surgimento da ACGTT e a divisão do movimento indígena. Em carta dirigida àquela assessora, argumentam que ela age como se fosse “dona” dos Ticunas e do Centro Magüta, agradecem os seus serviços e consideraram-na dispensada.

Diante de tal quadro, temo que a carta de V. S.^{as}, instando à reabertura do Museu e enfatizando exclusivamente o mérito de funcionários e assessores com os quais as lideranças estão em litígio, seja interpretada como uma intromissão descabida em seus assuntos internos aos Ticunas, com a recomendação de uma providência que só virá a agravar o conflito e a beneficiar unilateralmente a facção seccionista.

Para concluir, gostaria de reiterar que lhes respondo como etnógrafo e conhecedor dos Ticunas, não como parte dessa polêmica. Para compreender os argumentos e as queixas do CGTT, seria importante ouvir o capitão-geral Pedro Inácio ou o professor Nino Fernandes (que inclusive já foi membro deste egrégio conselho, como um dos representantes indígenas), que são respectivamente presidente e secretário do Centro Magüta. Nino pode ser consultado através do telefone (092) 415-5107.

Reiterando-lhes o meu apreço e consideração, solicito que enviem cópia desta manifestação a todos os conselheiros e às pessoas e instituições às quais foi encaminhada a correspondência anterior.

Atenciosamente,

Manaus, 02 de junho de 1997.

João Pacheco de Oliveira